

DOI: 10.46943/XI.CONEDU.2025.GT10.007

A IMPORTÂNCIA DO ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

André Jonathas de Carvalho Félix¹
Francysco Renato Antunes Lopes²

RESUMO

A inclusão social é um processo significativo na sociedade atual, compondo modelos de inclusão que permitem a construção de cenários diversos para ambientes sociais relevantes, como a área da educação. O presente trabalho abordou a importância do atendimento educacional especializado (AEE) na educação inclusiva, através de conceitos teóricos e de autores que trabalham com a temática. O objetivo geral do trabalho foi analisar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção de uma educação inclusiva, com base em discussões e debates teóricos contemporâneos, identificando as contribuições e garantias para uma educação de qualidade de todos os estudantes. O referencial teórico foi composto por autores que abordam as temáticas envolvidas, como inclusão social, políticas inclusivas e educação inclusiva. A pesquisa se configurou como exploratória com procedimento de pesquisa bibliográfica em outros artigos e materiais para compor a pesquisa. Concluiu-se que o AEE é relevante para a educação inclusiva por

- 1 Licenciado em Pedagogia (FAIBRA) e em Filosofia (UFPI), Especialista em Gestão Pública (UESPI), Informática a Educação (UFPI) e em Gestão Educacional em Rede (UFPI); Messtrando em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (UPE), andrefelix086@gmail.com.
- 2 Bacharel em Turismo (UESPI), Licenciado em Geografia (UFPI) Especialista em Geoprocessamento (IFPI) e Mestre em Geografia (UFPI), ren.antunez@gmail.com.

trabalhar nuances distintas para a aprendizagem dos alunos como limitações, mas respeitando e abrangendo todo o ecossistema de discentes.

Palavras-chave: Educação. Educação inclusiva. Atendimento Educacional Especializado.

INTRODUÇÃO

As questões que envolvem direitos e oportunidades na sociedade contemporânea estão envoltas em discussões sobre o processo de inclusão social, conjunto de meios e ações que garantem oportunidades iguais a indivíduos ou grupos. Com isso, são discutidas políticas inclusivas e práticas que eliminam barreiras impeditivas, sejam por questões sociais, econômicas, de gênero, raça ou de deficiência, por exemplo.

O foco seria a criação de ambientes integradores a indivíduos distintos, com a possibilidade de erradicar os muros da discriminação e do preconceito, beneficiando todos os envolvidos e a sociedade como um todo. Teoricamente, a ideia é trabalhar com a perspectiva de justiça social, conceito de ampla dimensão que envolve reivindicações redistributivas e para isso a existência de uma política de reconhecimento para um mundo que aceite a diferença, conceitos de Fraser (2006), e não tornar isso apenas uma batalha por “reconhecimento”, como aponta Bauman (2005).

Essas perspectivas refletem a possibilidade de lidar com cenários de harmonia, respeito e compreensão para evitar conflitos e processos de marginalidade, por deixar indivíduos ou grupos a margem social. A valorização da diversidade se torna assim uma ideia constante em diversos campos sociais, em grupos como famílias, de trabalho e em ambientes que exigem efetiva integração, como a área da educação, por exemplo. Nas escolas, universidades e demais instituições, se faz necessário a perspectiva de inclusão dos alunos e demais agentes que compõem o panorama.

O modelo da inclusão tem impactado o formato da educação especial oferecida globalmente, sendo que, hoje em dia, prevalece a ideia de que a educação especial deve ser uma modalidade transversal em todo o sistema de ensino, assegurando sua perspectiva inclusiva. Na escola inclusiva, por exemplo, todos, independentemente de serem ou não elegíveis para a educação especial, terão suas necessidades educacionais atendidas

e respeitadas, com acesso justo ao conhecimento e à cultura (Costa-Renders & Angelo, 2024).

O modelo de educação inclusiva visa o acesso dos alunos ao sistema educacional, além da permanência e do êxito desses discentes. As habilidades desses indivíduos podem ser contempladas e há a adaptação do currículo levando em consideração as diferenças encontradas. Com isso, o Atendimento Educacional Especializado (AEE) e seus ambientes específicos formam paradigmas novos para aprendizagem de uma comunidade escolar., pois ele é um serviço da educação especial, realizado no período contrário ao frequentado pelo aluno no ensino regular, com oferta obrigatória a todos os alunos público-alvo da educação especial (Gomes, 2024).

Levando em consideração a relevância desse tipo de atendimento para a educação contemporânea, que é repleta de camadas e questões que envolvem os alunos e suas diversidades, levantou-se como questão norteadora da pesquisa: qual a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) para uma Educação Inclusiva?

O objetivo geral deste trabalho foi analisar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) na promoção de uma educação inclusiva, com base em discussões e debates teóricos contemporâneos, identificando as contribuições e garantias para uma educação de qualidade de todos os estudantes. Os objetivos específicos foram 1) abordar os principais fundamentos do AEE, 2) identificando como eles se alinham com os conceitos de educação inclusiva; 3) apresentar debates contemporâneos sobre a inclusão escolar, com enfoque no papel do AEE e 4) discorrer sobre as práticas pedagógicas do AEE que favorecem a inclusão.

Justifica-se a relevância do tema pela necessidade de abordar discussões teóricas atuais sobre o AEE, observando a sistemática que o envolve, como os recursos, as metodologias e a evolução desse aluno pelo âmbito social e escolar/acadêmico. O respeito a diversidade e o acesso aos lugares de forma igualitária/equitativa promovem uma sociedade mais inclusiva e tolerante para o que é diferente. A possibilidade de analisar práticas peda-

gógicas e ambientes de aprendizagem distintos também é relevante para compreender o tema discutido nesse artigo.

METODOLOGIA

Quanto a metodologia, a pesquisa se configurou como bibliográfica, pela possibilidade de proporcionar maior familiaridade com a temática e por envolver levantamento bibliográfico, procedimento que compõe a pesquisa. Com esse levantamento, exemplos podem ser utilizados para estimular maior compreensão sobre a temática (Gil, 2007). A natureza da pesquisa é qualitativa, com enfoque em análise documental e artigos acadêmicos, com o intuito de compreender abordagens teóricas sobre o AEE e seus significados para a educação inclusiva.

Utilizou-se o Periódico Capes na busca dos materiais para compor o referencial teórico do artigo. O Portal da Capes foi escolhido pela relevância que possui para a produção científica brasileira, pois como aponta Peixoto (2022), compõe uma política pública de fomento a democratização do acesso e a internacionalização da produção científica brasileira. No espaço “digite os termos de buscas”, selecionou-se materiais a partir das palavras de busca “Atendimento Educacional Especializado Educação Inclusiva AEE”, temática que se restringiu aos anos de 2017 a 2023. Utilizou-se os filtros “acesso aberto”, “artigo” e “produção nacional”, gerando 13 artigos selecionados e consultados para o estudo.

REFERENCIAL TEÓRICO

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO

O acesso a escola é um direito do aluno, garantido pela legislação e por medidas que asseguram o funcionamento dos espaços educacionais. Garantindo a inclusão de todos a educação, as crianças com deficiência possuem direito ao Atendimento Educacional Especializado (AEE) que

devem ocorrer preferencialmente dentro das salas de aula do ensino regular.

Segundo a Política Nacional da Educação Especial do Ministério da Educação (MEC), na Perspectiva da Educação Inclusiva, a Educação Especial é conceituada como uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os serviços e recursos próprios desse atendimento e orienta os alunos e seus professores quanto a sua utilização nas turmas comuns do ensino regular (Brasil, 2008).

É importante compreender o AEE como um conjunto de recursos direcionados a atender a alunos com deficiência, transtornos do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação. Sua finalidade é garantir que esses estudantes tenham acesso ao ambiente escolar, participando com plenitude desse fazer na educação e com suporte além do oferecido no currículo regular. Na realidade Brasileira, as políticas de Educação Especial são, em sua maioria, orientadas pelo paradigma da inclusão, com ações que orientam o AEE como elemento central, relacionado às ações de escolarização do aluno com deficiência, que precisa estar matriculado na escola regular (Bisognin *et al.*, 2018).

Para isso se conseguir adaptar o atendimento a esses discentes é necessária a utilização de estratégias de adaptação no currículo, materiais pedagógicos específicos e o uso de tecnologias próprias para cada aluno desenvolver suas habilidades (Oliveira & Ferraz, 2021). Outro aspecto importante é que os professores recebam formação contínua para lidar com as necessidades dos alunos, que podem ir da aprendizagem em sala de aula a locomoção, por exemplo. As particularidades podem ser enxergadas como sinal de adversidade para se conduzir uma turma, mas também pode ser a oportunidade de trabalhar com práticas pedagógicas distintas e inclusivas.

Um dos meios de se trabalhar bem o AEE é através da articulação com o ensino regular comum, pois é necessário refletir sobre a viabilidade dos processos inclusivos, principalmente quando são diversos docentes

de áreas distintas os responsáveis pelo processo de escolarização discente (Marchesini & Valentini, 2022). É fundamental trabalhar com a ideia de práticas colaborativas entre esses sujeitos que fazem a educação, utilizando o saber pedagógico como integrador do AEE e propondo diretrizes para o currículo escolar. Os alunos com necessidades especiais podem participar das atividades escolares, incluídos pelos professores que devem estar aptos na condução desse processo.

O processo de inclusão gera melhor desenvolvimento dos discentes, seja nas relações pessoais, no desempenho em sala de aula e nas relações familiares. Os atos frente à concretização do AEE demandam posicionamento dos envolvidos no processo inclusivo, contribuindo na construção de uma nova cultura na qual a valorização das diferenças auxiliará no processo de aprendizagem dos indivíduos (Freiberger & Sardagna, 2021).

Esse processo de inclusão, que deve ser aplicado em um ambiente que permita a solidificação da diversidade, fortalece o ensino escolar por meio da interação entre discentes, gerando respeito, sociabilidade e o sentimento de empatia com o outro. O desenvolvimento de habilidades sociais é fundamental para lidar com as diferenças, gerando bons resultados dentro e fora de sala de aula. O rendimento escolar de todos pode ser afetado positivamente, além do trabalho com o sendo de cidadania, permitindo que crianças em idade escolar, por exemplo, começam a ter noção dos seus direitos e deveres.

Sobre o papel dos professores nisso, Schipanski (2021) aponta:

Consideramos relevante que a oferta aos futuros professores de conhecimentos sobre a inclusão de pessoas com deficiência pode contribuir à reflexão da prática pedagógica frente às diferenças e, assim, promover uma educação verdadeiramente inclusiva. Além de que é fundamental na formação docente discutir a importância e necessidade de uma articulação dos planejamentos e práticas entre professores do Atendimento Educacional Especializado e da sala de aula comum. Afinal, os alunos (com ou sem deficiência) não são responsabilidade de um ou de outro, eles são alunos da escola e, portanto, responsabilidade de todos (Schipanski, 2021, p. 08).

Sobre o papel do AEE, há o entendimento de que ela funciona como suporte as necessidades dos alunos, atendendo as necessidades existentes dentro do grupo contemplado. Esse apoio pedagógico funciona mediante o engajamento da escola e dos professores, gerando meios de explorar a capacidade desses alunos, também contribuindo para o desenvolvimento da aprendizagem deles. A comunidade escolar aplica a política educacional pensada para esse grupo, possibilitando que o cotidiano nos estabelecimentos de ensino prepare esses alunos para uma vivência dentro e fora a escola.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Seguindo os preceitos do que já foi abordado com o Atendimento Educacional Especializado, a Educação Inclusiva é um modelo que garante um ensino educacional de qualidade para todos os alunos, reconhecendo que há diversidade entre eles, garantindo não só o seu acesso, mas zelando pela permanência desses discentes. A Resolução CNE/CEB nº 2/2001 definiu as Diretrizes Nacionais da Educação Especial na Educação Básica, levando em consideração todas as etapas e modalidades:

Art. 1º O atendimento escolar desses alunos terá início na educação infantil, nas creches e pré-escolas, assegurando-lhes os serviços de educação especial sempre que se evidencie, mediante avaliação e interação com a família e a comunidade, a necessidade de atendimento educacional especializado.

Art. 2º Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. Parágrafo único. Os sistemas de ensino devem conhecer a demanda real de atendimento a alunos com necessidades educacionais especiais, mediante a criação de sistemas de informação e o estabelecimento de interface com os órgãos governamentais responsáveis pelo Censo Escolar e pelo Censo Demográfico, para atender a todas as variáveis implícitas à qualidade do processo formativo desses alunos (Brasil, 2001).

Os artigos estabelecem que os alunos tenham direito a uma educação virtuosa, com oportunidades de aprendizagem que levem em consideração a equidade entre os alunos, havendo adaptações necessárias caso haja alguma particularidade específica. A resolução estabelece diretrizes do AEE como Educação Inclusiva, pois o Atendimento Educacional Especializado deve começar desde o início da fase escolar do estudante, sendo responsabilidade da escola organizar-se para o atendimento das demandas formativas nas classes regulares, assegurando os serviços de atendimento especializado de acordo com a demanda real e assegurando educação de qualidade (Cabral, 2020).

Cada aluno tem direito a uma educação boa, que zelee pelo aprendizado de forma coletiva, mas respeite a individualidade desses sujeitos. A participação ativa deve ser reforçada, fato que contribui para o bom exercício do professor, perpassando apenas a exposição teórica de uma aula, mas estabelecendo diálogos, debates e troca de conhecimentos. A valorização da diversidade na sala de aula colabora com a eliminação de barreiras que impedem o melhor desenvolvimento dos discentes.

É importante defender um sistema que pense na educação como agente de integração social, fundamental para dialogar com os diferentes em uma sociedade. Crianças, por exemplo, podem ser mais suscetíveis a aprender a conviver com outras, sem julgamentos e interferências como podem ocorrer na vida adulta. A valorização do profissional que trabalha na escola também é significativa para compreender a sistemática, colaborando para melhorar o olhar para o alunado. Sobre isso, Santos *et. al.* (2021) aborda:

Os sistemas de ensino devem se propor a conhecer seus profissionais, sua formação acadêmica e específica, quais suas concepções de ensino e suas reflexões a respeito do processo de ensino e aprendizagem. Assim, torna-se condição importante para o pleno desenvolvimento da inclusão escolar a garantia de uma política efetiva de formação docente, tanto inicial quanto continuada, a todos os professores que atuam no AEE e que atendam às necessidades educacionais dos alunos conforme proposto nos textos legais (Santos *et. al.*, 2021, p. 114).

Quanto ao caso dos alunos com deficiência, esse modelo vai além da simples integração desses alunos, pois envolve as dificuldades de aprendizagem, os transtornos de comportamento e eventuais condições que necessitem de uma atenção específica. Ter professores capacitados, com formação garantida pela educação inclusiva e suas políticas públicas direcionadas, ajuda a construir uma sociedade mais justa, com o elemento da diversidade como agente de transformação social e cultural.

Sobre os processos de modificação gerados pela Educação Inclusiva e a AEE, Strasbrug *et al.* (2021) comenta:

Ao observarmos o crescente número de matrículas dos alunos público-alvo da educação especial entre os anos de 2008 e 2020 nas escolas de ensino comum, evidenciamos a necessidade de ampliar a prática do AEE para outros espaços do ambiente escolar com a atuação colaborativa envolvendo a articulação do professor de educação especial e o professor de ensino comum. O trabalho compartilhado tem como premissa básica a reafirmação de que a sala comum é o espaço prioritário para escolarização, rompendo com a lógica de padronização de processos de ensino aprendizagem e as barreiras do espaço escolar. A atuação sistêmica do professor de educação especial, articulada com os profissionais de apoio, com a família, com o serviço de orientação, de supervisão e de gestão deve se estabelecer no cotidiano escolar. Essa rede de serviços objetiva a permanência e o sucesso dos alunos público-alvo da educação especial na escola de ensino comum. Atuando como articulador dos processos educacionais, segundo as bases de uma perspectiva educacional inclusiva, é importante considerar que o professor de educação especial deve agir de forma contextual, porque trabalha com fenômenos complexos, multideterminados, reconhecendo que as limitações de cada aluno são resultantes de um histórico de interações com o meio social. As possibilidades de mudanças previstas em um percurso educacional se multiplicam se nossa ação incide sobre esse meio social que é o contexto escolar (Strasbrug *et al.*, 2021, p. 174).

É relevante refletir sobre a força do trabalho colaborativo que ocorre da união entre o professor do ensino regular com o professor da educação especial, o que favorece o clima de diversidade e a força do ensino escolar. A sala de aula é o local onde ocorre a alfabetização,

feita através do encontro de ideias e com novos paradigmas de ensino, gerando articulação entre teoria, profissionais, escola e família, uma sistemática que bem articulada pode gerar êxito acadêmico e a permanência desse aluno na escola.

Outro ponto que auxilia na Educação Inclusiva é ter um conteúdo que reconheça a importância da interação entre os alunos, que tenha contexto e seja fluído para colaborar com a aprendizagem dos estudantes. A inclusão ocorre através da colaboração entre os sujeitos da escola, adaptando sua perspectiva a necessidade que cada aluno tem para aprender com mais qualidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados observados salientam que a implementação do AEE nas escolas é fator de integração dos alunos com deficiência nessas instituições, que tem maior participação nas atividades escolares quando possuem planejamento estruturado para receber a AEE. Esses fatores permitem uma melhor adaptação ao ambiente escolar, com mais participações nas rotinas educacionais. É uma questão que depende da articulação profissionais dos seus participantes, o professor do ensino regular e o profissional do AEE, gerando equidade para as necessidades discentes.

Mas essa observação também possibilita gerar debates sobre as reais dificuldades que os professores enfrentam no momento que precisam adaptar metodologias para atender ao cenário diverso que encontram no ambiente escolar. Entretanto, a inclusão debatida engloba discutir a criação de estratégias para integração ativa desses alunos, especialmente em um cenário de dificuldades operacionais, políticas públicas fragilizadas para o setor e a ausência de investimentos para a ampliação da AEE.

Os dados discutidos durante o artigo enaltecem a cultura da inclusão, pois os benefícios do AEE transcendem o território da escola, favorecendo os alunos, os familiares e a comunidade como um todo. A permanência

e o sucesso escolar dependem de questões que perpassam pela inclusão, pontos que possuem relação mútua com a gestão institucional em promover a educação inclusiva e o enfrentamento de desafios rotineiros, como a necessidade de capacitação frequente dos professores e a revisão/adaptação do currículo escolar para atender os alunos com algum tipo de deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a elaboração desse trabalho concluiu-se que o papel essencial do AEE na construção de uma educação inclusiva e equitativa é de aprimorar o conceito de diversidade, colocando em prática possibilidades de convivência entre alunos do ensino regular e da Educação Inclusiva. Tudo isso ocorre mediante a adaptação pedagógica dos conteúdos, com o apoio da escola, dos professores e da família. Com isso, ressalta-se a importância de todos os estudantes terem acesso a uma educação primorosa, com qualidade.

O AEE contribui com a inclusão pela possibilidade de oferecer suporte e adaptações para integrar os alunos, com um princípio educacional que valoriza a diversidade e as características individuais dos alunos. Esses princípios de valorização são os fundamentos que orientam a AEE, relacionados diretamente com a inclusão escolar e a oportunidade de fazer a diferença dentro e fora de sala de aula. Os debates atuais sobre a inclusão escolar e o Atendimento Educacional Especializado soam focados no bom planejamento e na integração entre as questões, direcionando esforços para um trabalho conjunto dos agentes envolvidos.

As práticas pedagógicas que favorecem a inclusão em sala de aula começam com a formulação de políticas públicas para a educação no Brasil, passando pelos debates, execução e aplicação em sala de aula. É importante reforçar o papel do professor no processo, pois ele lida diretamente com as questões da sala de aula e, quase sempre, não é valorizado

profissionalmente, financeiramente e nem pela sociedade civil como um todo.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Identidade**: entrevista a Benedetto Vecchi. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BISOGNIN, Erasmo Eduardo; FERREIRA, Diego Danilo de Sousa; MORAES, Carla Cristina Maciel de. Atendimento educacional especializado, sala de recursos e tecnologias assistivas: a tríade da educação inclusiva. **Revista de Ciências Humanas**, v. 12, n. 21, p. 83-100, 2018. Universidade do Sul de Santa Catarina. Disponível em: <https://periodicos.unesc.net/humanas/article/view/4858>. Acesso em: 21 out. 2024.

BRASIL. MEC/SEESP. **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, 2008.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 2**, de 11 de Setembro de 2001. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 23 out. 2024.

CABRAL, R.C.S.; DAMASCENO, A. R.; LOUREIRO, C.R.M.J; MOREIRA, J.R;

AZEVEDO, S.M.L. Atendimento Educacional Especializado (AEE) e Educação Especial: reflexões críticas sobre o processo de inclusão na contemporaneidade. **Revista Mosaico**, v.11, n.1, p. 39-46, 2020. Acesso em 23 out. 2024.

COSTA-RENDERS, E. C.; ANGELO, F. de M. A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E SEU

SUPORTE TEÓRICO DOCUMENTAL. **Momento - Diálogos em Educação**, [S. l.], v. 33, n. 1, p. 273-295, 2024. DOI: 10.14295/momento.v33i1.15986. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/15986>. Acesso em: 13 ago. 2024. FRASER, N. **Escalas de justicia**. Barcelona: Heder, 2008.

FREIBERGER, M. B.; SARDAGNA, H. V. Implantação do AEE: Expectativas de Professores e Familiares no Contexto de uma Escola Comunitária. **Revista de Ensino, Educação e Ciências Humanas**, [S. l.], v. 22, n. 4, p. 547-555, 2021. DOI: 10.17921/2447-8733.2021v22n4p547-555. Disponível em: <https://revistaensi->

noeducacao.pgscogna.com.br/ensino/article/view/9080. Acesso em: 22 out. 2024.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GOMES, R. M. O. O ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE) NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL, PARA A CONSTRUÇÃO E A CONSOLIDAÇÃO DE UMA ESCOLA INCLUSIVA: CAMINHOS E DESCOBERTAS.

Revista Científica FESA, [S. l.], v. 2, n. 19, p. 141, 2024. DOI: 10.56069/2676-0428.2024.424. Disponível em: <https://revistafesa.com/index.php/fesa/article/view/424>. Acesso em: 21 out. 2024.

LIBARDONI DOS SANTOS, J. O.; TEIXEIRA SADIM, G. P.; SCHMIDT, C.; DE SOUZA MATOS, M. A. O atendimento educacional especializado para os educandos com autismo na rede municipal de Manaus-AM. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 102, n. 260, 28 abr. 2021. Acesso em: 23 out. 2024.

OLIVEIRA, J. F. de.; FERRAZ, D. P. de A. Ensino de Ciências ao Aluno Surdo: Um Estudo de Caso sobre a Sala Regular, o Atendimento Educacional Especializado e o Intérprete Educacional. **Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências**, [S. l.], p. e22873, 1-23, 2021. DOI: 10.28976/1984-2686rbpec2021u255277. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/rbpec/article/view/22873>. Acesso em: 21 out. 2024.

MARCHESINI, P.; VALENTINI, C. B. Articulating Special Education and common teaching: between desires and impediments, the search for a partnership. **Research, Society and Development**, [S. l.], v. 11, n. 13, p. e48111335053, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i13.35053. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/35053>. Acesso em: 21 out. 2024.

PEIXOTO, A. F. **A importância do Portal de Periódicos da CAPES como política pública de fomento à democratização e internacionalização da produção científica brasileira** /Dissertação (Mestrado MPPG) – Fundação Getúlio Vargas, Escola de Políticas Públicas e Governo. Brasília, 2022.

SCHIPANSKI, A. F. S.; BORGES, F. A.; SANTOS, T. S. dos. O ensino de matemática no atendimento educacional especializado no contexto brasileiro. **Educação Por Escrito**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. e41886, 2021. DOI: 10.15448/2179-8435.2021.1.41886. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/poescrito/article/view/41886>. Acesso em: 22 out. 2024.

STRASBURG, R. B.; MARQUET, M. G.; ZWICK, L. B. A.; BOEIRA, I. F.; BAPTISTA, C. R. Atendimento Educacional Especializado: um dispositivo pedagógico na oportunização de acesso, recursos e desenvolvimento aos alunos público alvo da educação especial. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 2, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.113998. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/113998>. Acesso em: 23 out. 2024.